



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

O PAPEL DO PLANEJAMENTO NA LEGITIMAÇÃO, VIABILIZAÇÃO E BLINDAGEM DOS GRANDES PROJETOS URBANOS Estudo de caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte entre 2000 e 2017

Autores:

Daniel Medeiros de Freitas - UFMG - danielmedeirosdefreitas@gmail.com

Resumo:

O termo Grande Projeto Urbano (GPU) identifica neste artigo um conjunto de intervenções urbanas concebidas como formas fechadas, em escala superior à tradicionalmente praticada na política urbana local, gerando, por meio da hegemonia do projeto em detrimento do planejamento de longo prazo, objetos icônicos e que abrigam atividades restritas e homogêneas. A definição inclui, além das grandes requalificações e novas áreas urbanas, as grandes intervenções viárias, as operações urbanas e os grandes equipamentos públicos e empreendimentos privados. Já o termo planejamento define, a partir do conceito de campo de poder, microcosmo de relações sociais que exerce papel técnico-especialista na produção dos GPU, incluindo as instituições públicas e as consultorias privadas dos setores de planejamento urbano, arquitetura e engenharia viária envolvidas nos projetos estudados. O artigo tem como objetivo desvelar as relações de poder que estruturam a atuação desse campo técnico especialista na produção de um conjunto de GPU localizados na região metropolitana de Belo Horizonte entre 2000 e 2017. Para tal, analisa um conjunto de características invariantes observadas nos GPU, lançando luz sobre o modo como o planejamento atua na viabilidade técnica, legitimação cultural e blindagem institucional dessas intervenções. A primeira parte do artigo apresenta resultados de pesquisa sobre a produção de GPU na RMBH a partir de um quadro geral de características invariantes. A segunda parte problematiza o papel do campo especialista do planejamento na legitimação, blindagem e viabilização dos projetos, identificando permanências e desestabilizações na tradição tecnocrática, nos avanços e retrocessos da agenda urbana e dos novos paradigmas de desenho e gestão.

O PAPEL DO PLANEJAMENTO NA LEGITIMAÇÃO, VIABILIZAÇÃO E BLINDAGEM DOS GRANDES PROJETOS URBANOS

Estudo de caso da Região Metropolitana de Belo
Horizonte entre 2000 e 2017

INTRODUÇÃO

O termo Grande Projeto Urbano (GPU) identifica neste artigo um conjunto de intervenções urbanas concebidas como formas fechadas, em escala superior à tradicionalmente praticada na política urbana local, gerando, por meio da hegemonia do projeto em detrimento do planejamento de longo prazo, objetos icônicos e que abrigam atividades restritas e homogêneas. A definição inclui, além das grandes requalificações e novas áreas urbanas, as grandes intervenções viárias, as operações urbanas e os grandes equipamentos públicos e empreendimentos privados. Já o termo planejamento define, a partir do conceito de *campo de poder* (BOURDIEU, 1996), microcosmo de relações sociais que exerce papel técnico-especialista na produção dos GPU, incluindo as instituições públicas e as consultorias privadas dos setores de planejamento urbano, arquitetura e engenharia viária envolvidas nos projetos estudados.

O artigo tem como objetivo desvelar as relações de poder que estruturam a atuação desse campo técnico especialista na produção de um conjunto de GPU localizados na região metropolitana de Belo Horizonte entre 2000 e 2017. Para tal, analisa um conjunto de características invariantes observadas nos GPU, lançando luz sobre o modo como o planejamento atua na viabilidade técnica, legitimação cultural e blindagem institucional dessas intervenções. A primeira parte do artigo apresenta resultados de pesquisa sobre a produção de GPU na RMBH a partir de um quadro geral de características invariantes. A segunda parte problematiza o papel do campo especialista do planejamento na legitimação, blindagem e viabilização dos projetos, identificando permanências e desestabilizações na tradição tecnocrática, nos avanços e retrocessos da agenda urbana e dos novos paradigmas de desenho e gestão.

1. CARACTERÍSTICAS INVARIANTES

As características invariantes abaixo resultam do estudo de um conjunto de 26 GPU (FIGURA 1) localizados na RMBH, planejados ou construídos entre 2000 e 2017 (AUTOR, ANO). O estudo utilizou documentos e informações públicas para articular o histórico de produção

de cada projeto à análise da política urbana local, com ênfase na identificação dos interesses e capitais dos principais agentes, nas novas modalidades de parceria público-privada, nos custos contratuais e nos impactos territoriais dos projetos. Os processos, agentes e práticas recorrentes foram sistematizados por meio das 18 Características Invariantes listadas abaixo e, em seguida, articuladas aos esforços de apreensão da peculiaridade dos grandes projetos urbanos nacionais (NOVAIS, OLIVEIRA, BIENENSTEIN, SANCHEZ, 2007; CUENYA, NOVAIS, VAINER 2013).

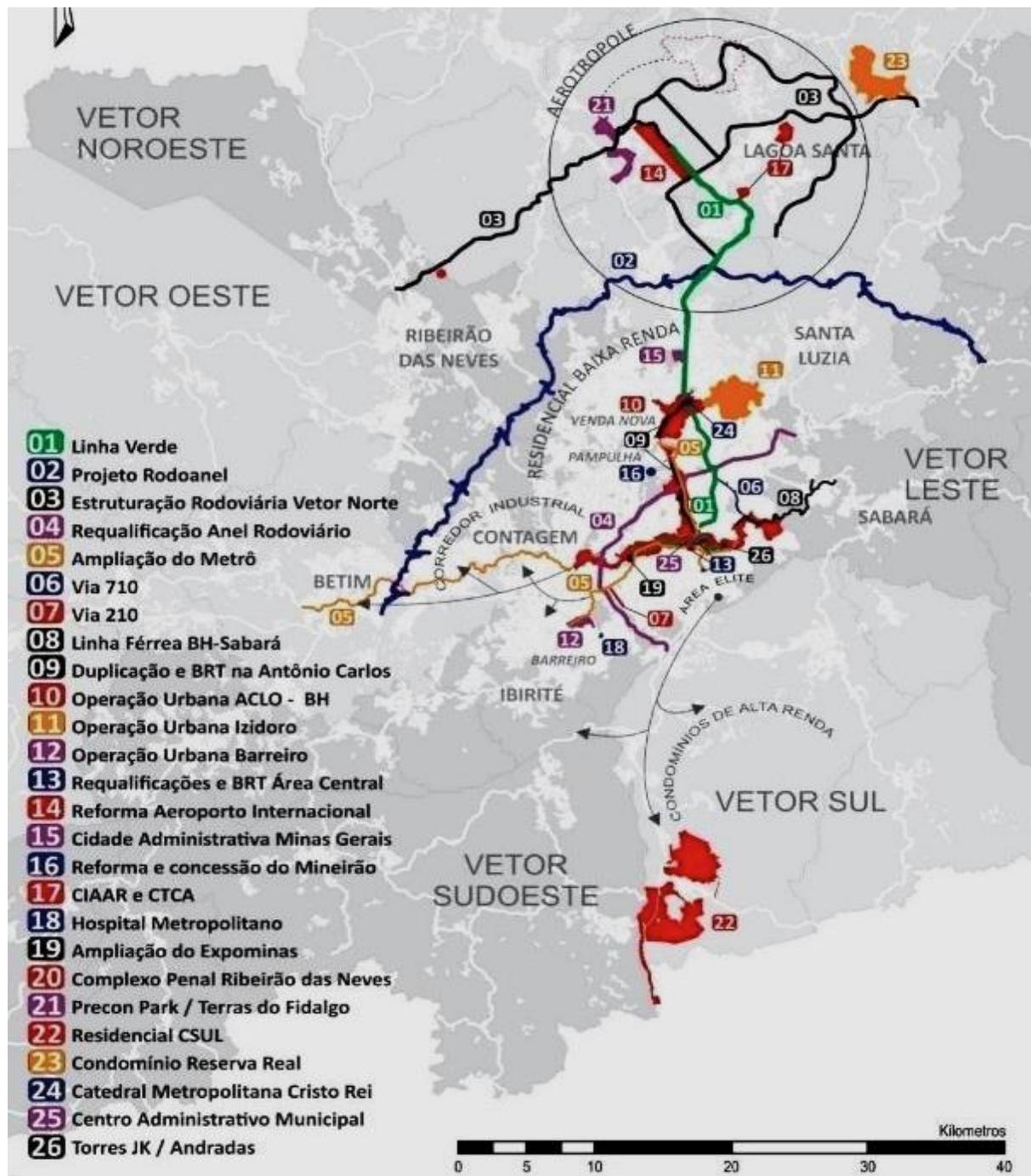


FIGURA 1. Mapa com a localização dos GPU estudados na RMBH (AUTOR, ANO)

A FIGURA 2 apresenta as características invariantes e o modo como aparece nos GPU, incluindo situações de potencial ocorrência (por exemplo, quando um GPU se vincula a uma estrutura de PPP que apresenta distorções em contexto semelhante) e situações relacionais (por exemplo, um GPU pontual inserido em corredor viário ou área de operação urbana analisada).

Grupo e número das características invariantes			Lista de GPU estudados																									
1*	C.I.01	Aumento do valor de investimento em relação à previsão inicial	1. Linha Verde (BH)																									
	C.I.02	Recorrentes distorções nos contratos de parceria público-privada	2. Rodoanel (RMBH)																									
	C.I.03	Investimento público antecedendo as proposições de parceria público-privada	3. Sistema Viário Vetor Norte da RMBH																									
	C.I.04	Abandono de contratos e contratações emergenciais	4. Requalificação Anel Rodoviário (BH)																									
	C.I.05	Concentração de contínuos investimentos em uma mesma área urbana	5. Ampliação do Metrô (BH)																									
	C.I.06	Elevado número de remoções necessárias para implantação do projeto	6. Via 710 (BH)																									
	C.I.07	Desigualdade de distribuição dos ônus e benefícios dos investimentos públicos	7. Via 210 (BH)																									
2**	C.I.08	Baixo índice de permeabilidade a críticas e revisões do projeto	8. Linha Férrea BH-Sabará																									
	C.I.09	Aumento do poder de decisão do setor privado nas políticas públicas	9. Duplicação A.Carlos e BRT (BH)																									
	C.I.10	Poder e diversificação da atuação das grandes empresas de construção	10. OUCACLO (BH)																									
	C.I.11	Proprietário de grande terreno se torna empreendedor de GPU.	11. OUC Isidoro (BH)																									
	C.I.12	Construção de articulação entre interesses privados e a agenda urbana	12. OUC Barreiro (BH)																									
3***	C.I.13	Prática de contratação de consultorias especializadas e de grande visibilidade	13. Requalificações Área Central (BH)																									
	C.I.14	Projetos icônicos e espetacularização da forma urbana.	14. Reforma Aeroporto (Confinis)																									
	C.I.15	Manutenção de um leque de soluções e demandas à espera de interesse privado	15. Cidade Administrativa de MG																									
	C.I.16	Articulação de projetos privados pontuais a um plano de grande escala	16. Reforma e Concessão do Mineirão (BH)																									
	C.I.17	Atuação do setor de planejamento no esvaziamento da política urbana	17. CIAAR e CTCA (Lagoa Santa)																									
	C.I.18	Mobilização de aparato técnico contra críticas e resistências aos projetos	18. Hospital Metropolitan (BH)																									
GRUPOS: * Grupo 1. Características que apontaram para ganhos econômicos que aumentam o poder de agentes dominantes do campo da política e economia; ** Grupo 2. Características que possibilitam concentração de poder decisório sobre a produção do espaço em agentes dominantes e para quem se alinha a seus interesses; *** Grupo 3. Características relacionadas aos ganhos específicos ao campo técnico do planejamento urbano e o modo como condicionam a forma urbana. LEGENDA ABAIXO: [S] A característica foi identificada no GPU; [P] Potencial de ocorrência da característica nos desdobramentos do GPU; [RE] Relação entre o GPU e processos onde a característica foi identificada			19. Ampliação Expominas (BH) 20. Complexo Penal (Riberião das Neves) 21. PreconPark (Pedro Leopoldo) 22. C-SUL (Nova Lima) 23. Cond. Reserva Real (Jaboticatubas) 24. Catedral Metropolitana (BH) 25. Concurso sede PBH (BH) 26. Torres JK Andradas (BH)																									
Grupo e Característica Invariante	Número do Grande Projeto Urbano																											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26		
1	C.I.01	S	P	S	P	S	S		S	S	P	P	P	S	S	S	S	S	P	S	P	P	P	P	P	P		
	C.I.02		P	P	P	P					P	P	P		S		S	P	S	P	S	P	P		P			
	C.I.03	RE	S	RE	P	P	RE			S	S	P	P	S	S		S	S	P	S		P			P	S		
	C.I.04		P	P	P	S	S			S	P	P	P		S			S	P									
	C.I.05	S	P	S	P	P	S		P	S	S	S	S	S	RE	RE		RE	P	P		RE	P	RE	S	S	S	
	C.I.06	S	S		S		S			S	P	S															S	S
	C.I.07	S	P	P	P	P	S			S	P	P	P	S	RE				P		RE	P	RE					
2	C.I.08	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S		P			S	S	S	P			
	C.I.09	S	S	S	P	S	S		S	S	S	S		S	S	S	P		S		RE	S	S	S		S		
	C.I.10	S	S		P	P		S		S	S	P	P		S		P									S		
	C.I.11	RE		RE				S		S	S	P	S						S	S	S							
C.I.12	S		S	P	P	RE		S		S	S		S	S	RE	S	S	S	S		S	S	S		S	S		
3	C.I.13	S	S		S	S	S			S	S	S		S	S	S	S		P			S	S	S	S	S		
	C.I.14	S	S		S	S	S			S	S	S	S	S	S	S	S	S	S		S	S	S	S	S	S		
	C.I.15	S	S	S	S	S	RE	RE		S	S	S	S	S	S		RE		S		RE	RE	RE		S	S		
	C.I.16	S		S	S		S	S			S	S	S		RE	RE	RE	RE	P		S	S		RE	S	S		
	C.I.17	S	P	P	P	P					S	S	S		S	S			S		P	P			S	S		
	C.I.18	S	P	P	P	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S		P			S	S		P			

FIGURA 2. Quadro síntese das características invariantes (Elaborado pelo autor)

O primeiro grupo de características confirma o protagonismo dos GPU na intensificação do ganho econômico sobre a produção do espaço, incluindo a intencional

ampliação da escala de atuação do mercado imobiliário, maiores distorções nos contratos de construção de obras públicas e empreendimentos privados, e aumento no número e porte dos contratos de parceria com o setor público e contratos de concessão de serviços públicos. Conforme representado na Figura 2, em 13 GPUs foi identificado um aumento do custo em relação à previsão inicial (C.I.01). Este aumento ocorre ora por meio de aditivos contratuais, ora por aumento do escopo original do projeto e ora por contratações adicionais ao projeto original. Esta é uma característica que pode ocorrer em mais 12 GPU, considerando a semelhança do contexto em que estão sendo iniciados. Cabe destacar o alinhamento dessa característica aos casos apontados por Flyvberg (2014) que, estudando os megaprojetos europeus, apontou tendência semelhante de “fracasso financeiro” dos GPUs, sempre atrelada ao ganho econômico de agentes ou grupos dominantes e à transferência de prejuízo para o poder público.

Sobre as distorções em contratos de PPP (C.I.02), 4 GPU apresentaram distorções ou, no mínimo, ineficiência do instrumento em relação aos argumentos de defesa a essa modalidade de financiamento. Todas as distorções beneficiaram o parceiro privado e trouxeram algum tipo de prejuízo aos cofres públicos, situação agravada pela identificação de 13 GPU que potencialmente irão recorrer a esse tipo de instrumento para viabilizar sua implementação. De modo complementar a essa característica, caso se considere como distorção o processo como um todo e não apenas os contratos em si, importa considerar a recorrente realização de investimentos públicos imediatamente anteriores ao processo de parceria público-privada (C.I.03), prática que favorece o futuro parceiro privado e que foi observada em 16 GPU. Nesse contexto, o poder público não apenas absorve as distorções e riscos, como também atua intensamente na criação de cenários e situações favoráveis para novos investidores, ao passo que os investidores, seja pela lógica da concorrência seja pela capacidade de exercer pressão política, conseguem sustentar o processo no qual o capital privado é investido em uma estrutura já valorizada.

Ainda sobre o ganho econômico direto, foi observado em 8 GPU locais situações de abandono do contratos e/ou contratações emergenciais ao longo do processo (C.I.04), recorrência associada ao aumento de investimento em relação à previsão inicial e que, nos casos analisados, implicou em maior ônus ao Estado do que em relação aos agentes privados contratados. A recorrência desse comportamento no setor está relacionada à atuação em escala nacional de um grupo relativamente pequeno de agentes dominantes, situação que permite a construção de estratégias combinadas e potenciais negociações entre as grandes empresas, minimizando riscos e aumentando ganhos. As principais estratégias observadas no setor, tratadas como comportamento “natural” em processos de licitação e PPP, incluem a apresentação de propostas acordadas em processos de tomada de preço ou a pressão por cancelamentos de contrato atrelados à necessária contratação imediata de outra empresa quando de interesse desses agentes.

Concluindo o primeiro grupo de características, foram encontradas evidências de que os GPU estão articulados a diversas possibilidades de ganhos locais, possibilitados sobretudo pela concentração de contínuos investimentos em uma mesma área urbana (C.I.05), observada em 17 GPU. Conforme pode ser verificado no mapa apresentado na Figura 1, grandes investimentos públicos, sobretudo no setor de mobilidade urbana (GPU de 1 a 9),

criam uma dinâmica favorável para novas modalidades de parceria (GPU de 10 a 20) e para viabilidade de empreendimentos privados (GPU 21, 23, 24, 25 e 26).

De modo complementar, o elevado número de remoções necessárias para implantação dos GPU (C.I.06) atua como catalisador desse processo que, orientado por ação e investimento do poder público, intensifica processos correlatos de exclusão socioespacial. Somente no vetor norte, o projeto Linha Verde (GPU 1) removeu cerca de 970 famílias, ao passo que a duplicação da Av. Antônio Carlos (GPU 9) removeu cerca de 650 famílias. Sobre a Av. Antônio Carlos, cabe destacar que ainda está sendo prevista a primeira operação urbana de Belo Horizonte, a OUC ACLO (GPU 10), cujo projeto urbanístico prevê grandes áreas para desapropriação. Outra operação urbana estudada, a OU Isidoro (GPU 11), que cobre uma área de 3,5 milhões de metros quadrados, prevê a remoção de milhares de famílias (entre 5 e 8 mil) incluindo as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória. Esses números não incluem as remoções necessárias para a viabilização do Rodoanel Metropolitano (GPU 2) e do Sistema Viário do Vetor Norte (GPU 3) que, ainda que localizados em áreas de urbanização mais dispersa ou de uso predominantemente rural, implicando em remoções e pressão por novos loteamentos. Finalmente, a contribuição dos GPU para a distribuição desigual dos ônus e benefícios dos investimentos públicos (C.I.07) foi identificada em 4 projetos e aparece como potencial em outros 9. Embora historicamente identificada na produção do espaço urbano brasileiro (CORREA, 2004), essa característica ganha contornos mais nítidos e maior intensidade nos GPU, mesmo naqueles que originalmente pretendem sua reversão, como é o caso das Operações Urbanas (GPU 10-11-12).

As situações acima confirmam a relação entre os GPU e os novos requerimentos da economia urbana, incluindo novos padrões de consumo e maior envolvimento de capitais imobiliários especulativos e a grande escala de valorização do solo, desalojamento de populações, elitização dos espaços bem localizados e segregação socioespacial (SOMEKH e GASPAR, 2012). Em ambos os casos, os GPU locais beneficiam tanto agentes locais (empreiteiras, donos de terra, construtoras locais) quanto setores ligados à nova economia, embora de modo ainda incipiente quando comparado com as cidades globais. As situações reforçam também a alta permeabilidade do campo do planejamento urbano às determinações econômicas ligadas aos GPU.

O segundo grupo de características invariantes tem em comum o modo como o poder econômico e político é mobilizado e acumulado. A primeira característica - o baixo índice de permeabilidade a críticas e propostas de revisão dos projetos (C.I.08) - decorre, sobretudo, da forte coalizão entre prioridade política e capital econômico. O resultado é o fechamento ou controle dos canais de participação, sobretudo em função do tratamento prioritário e diferenciado dado aos GPU, e imediata resolução de eventuais entraves aos projetos, incluindo maior agilidade a processos de remoção, negligência de licenças ambientais e aceleração de ritos burocráticos. Agrava essa situação a recorrente ação de agentes dominantes orientando o sombreamento de interesses entre investimentos públicos e empreendimentos privados (C.I.09). A pesquisa identificou que o grupo de agentes dominantes que exerce de modo mais direto essa influência é o das empreiteiras líderes do setor, por meio de duas frentes principais de atuação. A primeira e mais direta está relacionada com a escala da intervenção, que exige obras de grande complexidade e, em tese, empresas de grande porte e tradição no setor para executá-las. Este aspecto é reforçado pelo

histórico favorecimento dessas empresas em processos de contratação das grandes obras, inicialmente assegurado através da sua proximidade com os agentes políticos e consolidadas no aparato regulatório do setor de contratações (sobretudo nas condições desiguais de licitação e financiamento das obras, cujos parâmetros de seleção adotados privilegiam empresas de maior capital e experiência no setor). A segunda relação é o recente interesse estratégico das maiores empreiteiras nacionais em ampliar sua atuação nos investimentos imobiliários, incluindo aquisição de terras, lançamento de grandes empreendimentos privados, parcerias na construção de equipamentos públicos e interesse na concessão de serviços públicos relacionados aos GPU, tais como, manutenção e gestão de estruturas viárias, modais de transporte, saneamento, coleta de lixo e equipamentos públicos.

Soma-se à característica invariante anterior a influência exercida pelas grandes empresas de construção na política urbana (C.I.10) na qual o capital econômico e político das empresas, além da garantia de acumulação e poder de decisão, atua ainda em duas frentes complementares. A primeira, através da situação de dependência do Estado em relação ao capital investidor privado, argumento construído ao longo da crise do Estado como provedor de investimentos em infraestrutura e serviços, tornando a política urbana refém de potenciais investidores, mesmo em um cenário onde predomina o financiamento público das maiores intervenções. A segunda, a presença maciça desse agente no financiamento de campanhas, tradicionalmente equilibradas por futuras garantias para novos investimentos no setor de infraestrutura, parcerias e reestruturações urbanas. Segundo Rolnik (2015), esta situação fecha o círculo de relação entre empreiteiras, grandes obras e campo político na medida em que a articulação das empreiteiras com a eleição de cargos do Executivo garante o aumento do volume de obras que, ao enriquecerem este seletivo grupo de empreiteiras, alimentam a máquina de financiamento de campanhas.

Especificamente sobre a estrutura fundiária, em 8 GPU o proprietário do grande terreno necessário à intervenção de larga escala foi também um dos empreendedores do projeto (C.I.11). Essa situação foi determinante para a viabilidade dos grandes empreendimentos privados e envolve a pressão sobre a prioridade de determinados projetos de infraestrutura e seu efeito sobre o preço da terra. A proximidade entre o setor público e o setor privado garante, por fim, a articulação de investimentos privados potenciais com o campo da política urbana (C.I.12) que, nesse sentido, negligencia agendas urbanas estabelecidas no Estatuto da Cidade e nos Planos Diretores Municipais em detrimento de uma articulação com GPU propostos ou alinhados a interesses privados.

Finalmente, o terceiro grupo de características invariantes, que será retomado ao longo da segunda parte do artigo, confirma o papel do campo do planejamento urbano na produção dos GPU. A contratação de consultorias especializadas (C.I.13) apareceu em 17 projetos, ora através de empresas específicas de determinado setor técnico, ora através de empresas de ação internacional. O produto final ofertado por estes agentes especializados varia entre os projetos icônicos e espetacularização das intervenções urbanas (C.I.14) e a complexificação e impermeabilidade de uma logotécnica de planejamento. Sobre este aspecto, Flyvberg (2014) observa o modo como os GPU geralmente se desenvolverem a partir de quatro dimensões ou o que o autor chama de *the four sublimes*: (a) a tecnológica, na qual os projetos buscam sempre romper os limites da ciência, incluindo, no campo do planejamento urbano, a importação de boas práticas e modelos de desenho urbano, e

soluções arquitetônicas de ponta; (b) a política, na qual o megaprojeto funciona como visibilidade para empreendedores e formação de consenso cívico; (c) a econômica, na qual o megaprojeto funciona como um instrumento de desenvolvimento econômico e acumulação de capital; e (d) a estética ou simbólica, na qual o projeto busca atingir um ideal icônico, emblemático e de autenticidade. Tomando como exemplo a Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG), essas quatro dimensões se articulam (a) na tecnologia de engenharia monumental e, também, de gestão pública associada ao projeto; (b) na associação com agentes políticos locais e destes com iniciativas correlatas (por exemplo, a construção de Brasília por JK); (c) no ganho econômico em torno dos contratos com parceiros privados; e (d) na monumentalidade iconográfica do complexo.

Além das consultorias e profissionais de maior visibilidade, cabe destacar um grupo de agentes do campo do planejamento composto pelo setor técnico de órgãos públicos que, de modo combinado com as consultorias, assume um papel estrutural no campo de produção dos GPU. Entre os GPU estudados, 14 projetos foram escolhidos entre um leque de soluções composto de potenciais intervenções à espera de interesse político e econômico (C.I.15), a maior parte dessas idealizada e desenvolvida dentro de órgãos públicos de planejamento. É compreensível que o planejamento de uma cidade e a resposta a seus problemas resulte em produtos diversos – políticas, planos, diretrizes, normas e programas – entre os quais a previsão de intervenções e obras. No entanto, arrancadas de seu contexto e da função de transpor a política urbana para o projeto, as intervenções propostas, uma vez já legitimadas pelo campo do planejamento, atraem investidores e políticos interessados em seus ganhos potenciais. O caminho inverso também foi observado, ou seja, o esforço de integrar intervenções desconectadas da política urbana em projetos maiores, que passam a ter status de plano. Esta articulação de projetos pontuais, de diferentes motivações, em torno de um plano de grande escala (C.I.16), observada em 12 GPU, exerce dupla função no campo: (a) o agrupamento como estratégia para garantir maior viabilidade aos projetos pontuais; e (b) o agrupamento acompanhado de ampliação do escopo como estratégia para que projetos desconexos e pontuais façam parte de um plano maior, ainda que este plano não possua viabilidade integral, e seja utilizado somente com a finalidade de dar legitimidade aos projetos.

Em 9 GPU, a elaboração de grandes planos se caracterizou pela abstração da demanda original e esvaziamento conceitual e funcional da intervenção urbana (C.I.17), reforçando a ruptura com a política urbana vigente (sobretudo em relação à regulação) e explicitando o processo decisório assimétrico e orientado por interesses dos agentes dominantes. Segundo Vainer (2013), “os Grandes Projetos Urbanos supõem e dependem do que se poderia chamar de urbanismo ad hoc, menina dos olhos de todo e qualquer projetista: ao invés de respeitar regras, ele impõe regras” (VAINER 2013: 143). De fato, essa característica abriga uma série de distorções de aplicação dos novos e velhos instrumentos de planejamento, seguidas de readequações dos discursos técnicos, desvelando a articulação entre o papel legitimador do planejamento e sua dependência em relação aos interesses econômicos e políticos que o sustenta. De modo complementar, para além da idealização, viabilização e legitimação, o campo do planejamento atua também na blindagem dos GPUs através da mobilização de aparato e discurso técnico contra as críticas e as resistências aos grandes projetos (C.I.18), característica que apareceu em 15 dos GPU estudados.

2. PAPEL DO PLANEJAMENTO

Na produção dos GPU, o papel do planejamento urbano é estruturado pelo modo como ocorrem suas disputas internas, sobretudo aquelas em torno do poder de decisão e representações da realidade, ou seja, o modo como são formulados os conceitos, instrumentos e práticas dentro do campo (OLIVEIRA et al. 2012). Caracteriza esse embate a distribuição desigual de capitais entre os agentes interessados na manutenção das regras estruturais internas do campo (por exemplo, técnicos de prefeituras, setor imobiliário local, agentes de resistência, arquitetos de maior visibilidade, entre outros) e agentes interessados na alteração dessas regras (por exemplo, novos empreendedores urbanos, gestores públicos ou agentes de resistência que buscam reorientar o campo do planejamento urbano).

Conforme explicado no item anterior, todos os GPU estudados contaram, em maior ou menor grau, com a mediação do campo do planejamento. Neste processo, os agentes exercem três funções principais: viabilização técnica, legitimação cultural e blindagem dos projetos. Esta prática é mantida por meio de um ciclo: o agente planejador oferece capital cultural e político ao GPU; quanto maior o número de GPU a que o agente se associa, maior sua visibilidade e maior seu capital cultural objetivado (projetos realizados); situação que o torna a escolha mais eficaz e provável para futuras viabilizações, legitimações e blindagens.

Outra forma de compreender como opera o planejamento urbano na produção dos GPU é a partir de sua permeabilidade às determinações econômicas e políticas. Para tal, é possível utilizar o paradigma de ciência pura versus ciência escrava (BOURDIEU, 1996). Segundo Bourdieu (1996), em uma ciência escrava a hierarquia dos agentes e as disputas internas do campo, que neste caso definem os critérios técnicos e representações da realidade, são preferencialmente ditadas por determinações externas. Noutro extremo, em campos que operam como ciência pura, as normas internas são ditadas pela hierarquia dos agentes e disputas internas do campo. Tanto a crítica aos GPU quanto o discurso dos planejadores tende a privilegiar, respectivamente, (a) uma condição do planejamento enquanto ciência escrava, ou seja, excessivamente a serviço dos interesses políticos e econômicos dominantes; e (b) um planejamento que atua como ciência pura, cuja produção é tecnicamente qualificada e justificada, porém distorcida pelos fatores externos. Um exemplo prático, as críticas às Operações Urbanas Consorciadas de um lado denunciam o modo como o planejamento absorve a lógica de rentabilidade do solo e, por princípio e não por distorção, gera segregação socioespacial; e, de outro lado, a defesa de que os problemas acima se apresentam como distorção das boas práticas de desenho, arquitetura e gestão urbana. A seguir, orientado pelas características invariantes relacionadas à atuação do planejamento na produção dos GPU, o artigo explicita como, alternando entre a condição de ciência pura e escrava, o planejamento contribuiu para a viabilização, legitimação ou blindagem de determinados projetos.

2.1. O papel das consultorias e da forma urbana e arquitetônica

A contratação de consultorias ocorreu de modo mais intenso nos GPU nos quais se observou uma necessária articulação entre soluções controversas em relação ao campo do planejamento e a legitimação de interesses de agentes políticos e econômicos dominantes,

por exemplo: o projeto da Linha Verde (intervenção viária de alto impacto e grande número de remoções destinada a diminuir o tempo de acesso ao aeroporto internacional); a transferência da sede do governo do Estado para a Cidade Administrativa (complexo arquitetônico que tira os órgãos públicos da área central e leva para o vetor norte em região de fragilidade social e ambiental); o plano estratégico em torno do Aeroporto Internacional (que induz o crescimento metropolitano nos moldes de aerópole e por meio de planejamento pouco transparente e inclusivo); ou a viabilização da nova centralidade no vetor sul por meio do projeto C-Sul (articulação de lançamentos imobiliários em torno de centralidade orientada pelo novo urbanismo). O papel das consultorias, via de regra, resulta em um tipo de estudo excessivamente setorial e especialista, direcionado para um objetivo predeterminado, gerando um material que ignora ou contradiz o planejamento de longo prazo, ao mesmo tempo em que resiste à contestação pelos agentes excluídos de sua elaboração dado o elevado capital cultural dos consultores.

A atuação das consultorias é melhor demonstrada na RMBH por meio da implementação da Aerópole do Vetor Norte, por meio da contratação de um conjunto de consultores que amplia o capital cultural desse projeto de reestruturação territorial atrelado a interesse de agentes políticos e econômicos. Em 2003, o governo do Estado contratou o consultor norte americano John Kasarda¹ para acompanhar o processo e implementar o conceito de que as novas centralidades globais se desenvolvem em torno do aeroporto internacional. Em Minas Gerais, a principal justificativa dos defensores do projeto é a disponibilidade de área no entorno do aeroporto e o atual alinhamento político em torno da proposta. Em dezembro de 2008, o governo do Estado contratou a consultoria Jurong Internacional para preparar o Plano Macroestrutural e Estratégico da RMBH que resultou no Plano Macroestrutural do Vetor Norte.

Em dezembro de 2012, contratou a empresa CH2M HILL do Brasil Engenharia LTDA, para preparar o novo masterplan econômico da RMBH. A lógica que pautou este último plano pouco difere da premissa anterior, evoluindo no detalhamento de áreas-alvo e macrozoneamento do território do vetor norte e alças Oeste e Sul do Rodoanel. De modo geral, os planos de consultoria sintetizam projetos em curso e de diferentes motivações, complementando sua relação com o aeroporto e, em seguida, ampliam o potencial econômico do conjunto direcionado à atração de investidores. Um exemplo desse tipo de produto é o estudo no qual a empresa de consultoria CH2M HILL apresenta o mapa “Uso do Solo - Projetos Planejados por Outros”, elaborado em 19 de abril de 2013 e apresentado em versão preliminar para discussão em 2014 (FIGURA 3). O mapa apresenta, sem caracterizar, uma ampla lista de 72 projetos no vetor norte e 7 projetos privados localizados nas demais regiões da RMBH. No contexto em que é apresentado – um plano de macrozoneamento estratégico que depende de adesão de investidores privados em uma região específica – o mapa cumpre a função de demonstrar que os investimentos em infraestrutura realizados desde 2003, no vetor norte, despertaram o interesse do setor privado na região. No entanto, o que a lista de projetos apresenta de fato são potenciais parceiros, a maior parte sem estudo de viabilidade ou mesmo sem projeto ou intenção de investimento. Dessa forma, o mapeamento funciona

¹ O economista John Kasarda é diretor do Centro para Comércio Aéreo da Universidade da Carolina do Norte e presidente da Aerotropolis Business Concepts LLC. Publicou mais de 100 artigos e 10 livros sobre a relação entre a estrutura da aviação, desenvolvimento urbano e competitividade.

como um registro dos agentes interessados em investir e que de certa forma serão beneficiados pelos investimentos, e também os potenciais projetos previstos, mas ainda sem perspectiva de realização, indicando o estágio ainda incipiente da centralidade prevista.

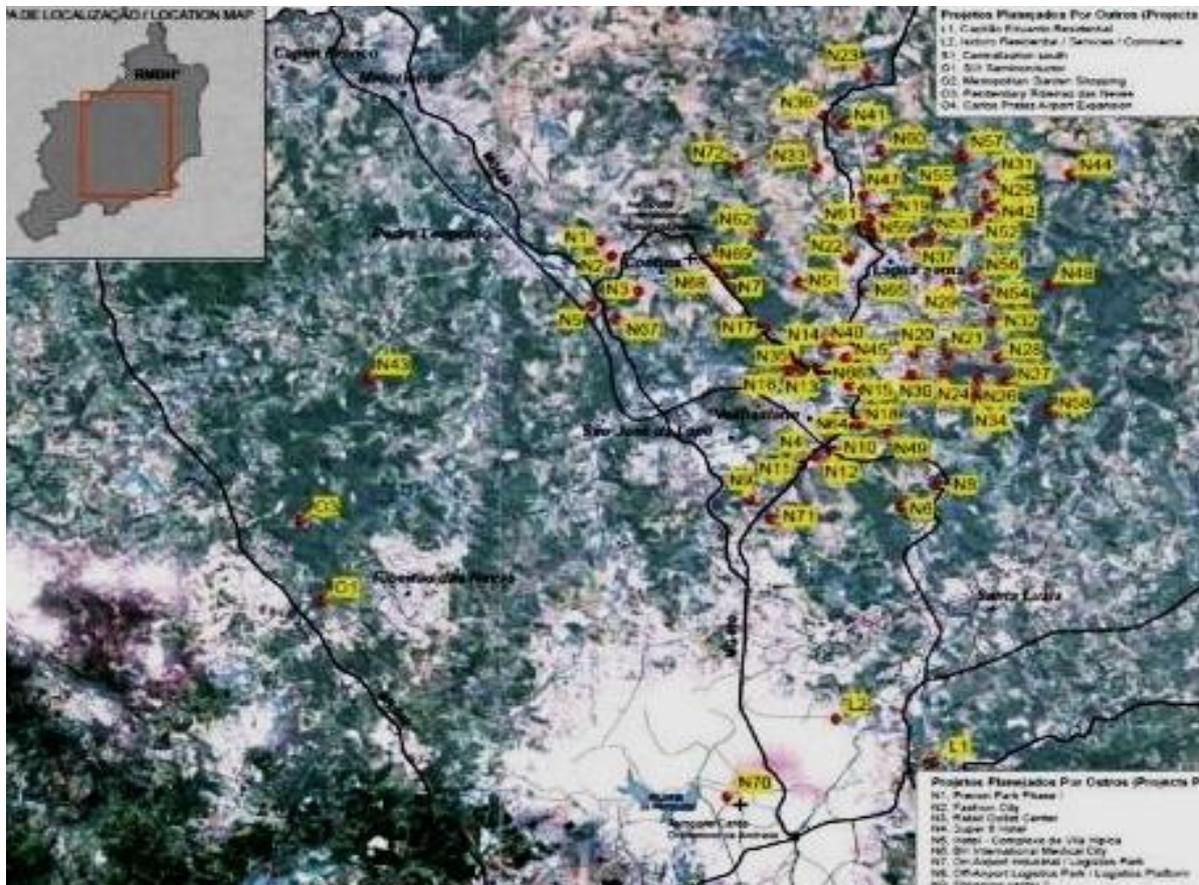


FIGURA 3 – Detalhe do mapa apresentado no Macrozoneamento Econômico da RMBH (CH2MHILL, 2012).

De modo complementar ao envolvimento dos consultores acima, cabe registrar o envolvimento do arquiteto Oscar Niemeyer no projeto do complexo Cidade Administrativa de Minas Gerais, um dos projeto-âncora da nova centralidade. Neste caso, a produção do complexo arquitetônico é amparada por uma articulação entre a popularidade do arquiteto e um conjunto de agentes dominantes. Essa articulação aproxima o projeto da CAMG a uma espécie de “era de ouro” dos grandes projetos de modernização brasileiros da qual o modernismo de Brasília é a referência principal. A principal estratégia consiste na vinculação entre o complexo arquitetônico da Pampulha, obra local e emblemática de Niemeyer; a administração municipal e federal de Juscelino Kubitschek; (c) e o plano do Vetor Norte.

“(…) Sete décadas após o último crescimento urbano planejado em Belo Horizonte, quando o prefeito Juscelino Kubitschek inaugurou a estrutura arquitetônica da Pampulha, a cidade vive um novo período de desenvolvimento com a Cidade Administrativa e o conjunto de intervenções já concluídas no Vetor Norte.” (Site oficial do Governo de Minas Gerais)

Em segundo lugar, a empresa brasileira Odebrecht, uma das construtoras privadas envolvidas no projeto, desenha uma articulação entre a empresa, a cidade natal e a retomada da era dourada de JK; e, também, ao plano do Vetor Norte:

“Natural de Diamantina, Minas Gerais, a cidade natal do Presidente Kubitschek”, Sergio Neves, diretor da Odebrecht, declara: “É uma grande oportunidade para a Odebrecht participar desse cumprimento de desejos. Já faz muito tempo desde que vimos esse tipo de intervenção aqui”, disse ele, apoiando 70 anos no tempo, quando JK, prefeito de Belo Horizonte, exigiu do jovem e já aclamado Oscar Niemeyer, o projeto da estrutura arquitetônica da Pampulha, também localizado na Vetor Norte da capital mineira”(site oficial da Odebrecht).

Por fim, uma declaração selecionada de Niemeyer é usada para legitimar essa estratégia:

“Tenho a impressão de que estamos voltando aos tempos de JK. O mesmo entusiasmo, a mesma disposição para fazer as coisas, o mesmo otimismo. É disso que eu mais gosto.”(Oscar Niemeyer, citado no site oficial da Odebrecht)

Cabe destacar que as declarações acima não são periféricas, ao contrário, ocupam o centro das declarações dos principais agentes e veículos de comunicação na construção do consenso público e ampliação do capital cultural de seus promotores. Todas as declarações reforçam a monumentalidade da obra em relação à história da arquitetura e da política nacional, ao mesmo tempo em que, a vinculação com o passado (que poderia ser recebida como retrocesso) é estrategicamente articulada ao discurso de modernização, eficiência e pioneirismo administrativo. O total controle sobre o processo de decisão, execução e orçamento concentrado em um único investidor, o governo do Estado, permite nesse projeto articular a “característica de obra arrojada que se projeta no tempo e, ao mesmo tempo centralizada, nos velhos moldes dos períodos autoritários” (SOUKI & FILGUEIRAS, 2012, p.12). Na prática, o envolvimento do arquiteto resulta em transferência de capital cultural do campo da arquitetura para o campo da política e agentes econômicos envolvidos, utilizado na construção de discurso e imagem de cidade.

Em relação à presença de projetos icônicos e a espetacularização das intervenções urbanas - ainda que quase sempre restrita à produção de incipientes imagens tridimensionais abstratas veiculadas na mídia de grande alcance - cumpre os seguintes papéis na produção dos GPU: aumenta a visibilidade e alcance da intervenção, ampliando sua atratividade a investidores e políticos; amplia a possibilidade de consenso em torno do GPU na esperança de transposição de uma realidade urbana ideal; contribui para anular as características do lugar e paisagem local, que passam a ser contrapostos a realidades espetaculares, ainda que inviáveis; atua como violência simbólica em relação às resistências e críticas ao GPU; e legitima o GPU sob o ponto de vista tecnológico, sempre associado a conquistas do planejamento, desenho urbano, arquitetura ou engenharia. Cabe destacar ainda que a elaboração de um GPU, ainda que desacompanhado de estudos consistentes de viabilidade, sobretudo em local marcado por conflitos urbanos, utiliza dessa característica para construção de visibilidade midiática e narrativas hegemônicas. Essas simulações da realidade permitem que projetos sem viabilidade ou exclusivamente conceituais entrem nessa mesma disputa que passa do

campo técnico para o campo simbólico, de mais difícil confrontação e maior eficácia em campo marcado por capitais políticos, econômicos especulativos e culturais. Nesse contexto, a abstração é um meio eficaz de aproximar o espaço urbano local com as frágeis referências internacionais, construindo uma legitimação por analogia e intensificando a potencial criação de consensos em torno de determinados GPU.



FIGURA 4. Uso de imagens na produção de GPUs na RMBH: (1) ampliação do aeroporto internacional para viabilizar conceito de aerotrópole; (2) Catedral metropolitana projetada por Oscar Niemeyer; (3) Projeto da maior torre da América Latina que passou por diferentes configurações nos anos seguintes; e (4) Parque a ser viabilizado por Operação Urbana .

2.2. Soluções à espera de investidor e da articulação de investidores ao planejamento

Conforme afirmado na primeira parte do artigo, interessa ao campo de produção dos GPU a manutenção de uma espécie de estoque de projetos e conceitos a serem selecionados e acionados, sobretudo quando se faz necessário dar legitimidade ao campo político e econômico ou a abertura de novas frentes para ação desses dois campos. Também interessa ao campo dos GPU situações em que uma grande quantidade de investimento público cria atrativos para posterior envolvimento de investidores privados. A intensa produção de ideias, diretrizes e projetos pelo campo do planejamento urbano (sobretudo por agentes do desenho urbano e arquitetura) cumpre, nesse sentido, um importante papel na estabilidade do campo de produção dos GPU. Concursos de ideias, workshops, planos estratégicos e cartelas de projetos, cada vez mais frequentes nos grandes centros, abastecem um estoque de propostas que, descontextualizadas dos conceitos originais ou tomadas de modo fragmentado, são

reconfiguradas a partir de seu potencial político, econômico, ou ambos. Previamente legitimados pelo campo cultural do planejamento, esses projetos, quando arrancados de seu contexto e da função de transpor a política urbana para o projeto, atraem investidores e políticos interessados em seus ganhos potenciais.

Ilustrando com um estudo de caso, a Linha Verde contradiz o plano de oferecer alternativas a um sistema viário municipal e metropolitano excessivamente radial, premissas que orientam o VIURBS e o plano de mobilidade municipal. Ainda assim, é justamente o campo especialista da engenharia viária quem legitima e impõe um conjunto de soluções projetuais pontuais de superação de gargalos e adaptações de traçado em função de modal de alta capacidade, gerando um conjunto de soluções de alto impacto, elevado número de remoções e pouca permeabilidade a agendas ambientais, sociais e culturais. No mesmo projeto, o planejamento assume um papel de mediação técnico-cultural diante do trecho denominado Boulevard Arrudas, estrategicamente incluído no projeto de requalificação da área central de Belo Horizonte, ainda que o contradiga em vários pontos. Esta inclusão teve início em 2005 por meio de contratação de projeto que buscou a difícil compatibilização entre a diretriz de ampliação da capacidade viária da Linha Verde, possível somente através do tamponamento de trecho do Ribeirão Arrudas, com as diretrizes de requalificação do Programa Centro Vivo de 2004 (e posterior Plano de Reabilitação do Hipercentro de 2007), interessadas na melhoria da ambiência ao pedestre, preservação do patrimônio e sustentabilidade econômica da região. Além do polêmico tamponamento do ribeirão, do ponto de vista do desenho urbano, o resultado foi um conjunto de projetos de ambiências urbanas descontínuas e residuais, incapazes de amenizar o impacto do tráfego de alta intensidade sobre as áreas lindeiras ao corredor e, por isso, incapaz de promover o conceito de requalificação da ambiência urbana na área central. O que deve ser destacado nessa situação é o fato de, apesar de sua motivação e dos resultados obtidos, o projeto é ainda hoje vinculado às iniciativas de recuperação da área central e com as diretrizes do Programa Centro Vivo que, nesse contexto, o legitima diante dessa agenda urbana específica.

Articulação semelhante foi utilizada pelos promotores do GPU denominado C-SUL, um distrito privado de 27 milhões de metros quadrados, localizado a 40 minutos da área central de Belo Horizonte, em região caracterizada pelo conflito entre os condomínios de elite, a paisagem natural e a indústria minerária. Segundo os investidores - uma holding que comprou o terreno em 2013 - trata-se de um plano de longo prazo para os próximos 50 anos de uma nova centralidade orientada por conceitos do novo urbanismo e pela presença do urbanista Jaime Lerner, enfatizando a diversidade de uso da terra, espaços sustentáveis e novas soluções de mobilidade urbana. Considerando a existência de mais de uma centena de condomínios na região, e o aparente esgotamento das possibilidades de novos lucros a partir de condomínios nos moldes tradicionais, a C-Sul articula um conjunto de investidores em torno de um megaempreendimento formado pela aglomeração de novos condomínios e uma série de novos usos para a região.

Esse arranjo afeta diretamente o licenciamento ambiental do empreendimento, considerando que um megaempreendimento possui maior facilidade de responder, em bloco, às condicionantes do processo (serviços, acessos e áreas de preservação, por exemplo), diferentemente dos projetos menores e desarticulados. Neste sentido, o planejador urbano constrói a articulação que compõe o megaempreendimento a ser licenciado, mas, ao mesmo

tempo, propõe sua implementação em etapas, dando maior flexibilidade à priorização dos investimentos privados. Na prática, orientados por um master plan situado no futuro, ocorre o lançamento de uma série de condomínios de elite, com os mesmos parâmetros de tipologias tradicionais na região. facilitando ainda mais o licenciamento ambiental, ao longo do projeto C-Sul foi sendo construído um alinhamento entre esse empreendimento e a agenda política em torno do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI).

Trata-se de uma estratégia que aumenta o capital cultural e, sobretudo, o capital político do projeto, na medida em que inaugura uma potencial parceria entre o interesse do poder público e a proposta dos investidores. No caso C-Sul a articulação foi legitimada em 18 de agosto de 2015, no momento em que o governo de Minas assinou um comunicado oficial de apoio ao projeto, cujo intuito, segundo Waldir Salvador, superintendente do C-Sul, seria viabilizar ações de infraestrutura e de fomento econômico e social, por meio de parcerias com o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG) e a Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG). Ou, de modo mais específico: “(...) o comunicado ainda define que o Governo Estadual envidará esforços para que os processos de análise do projeto da C-Sul e das licenças ambientais sejam considerados como prioridade, sendo que os mesmos já foram protocolados junto aos órgãos públicos competentes em fevereiro deste ano”. (Site oficial da CSUL. Disponível em <http://www.csullagoadosingleses.com.br/governo-de-minas-gerais-assina-comunicado-conjunto-em-apoio-ao-projeto-de-centralidade-urbana-da-csul>. Acesso em: 09/03/2016)

Neste sentido, o papel dos planejadores urbanos no projeto C-SUL, apesar da presença de conceitos identificados como “ciência pura” das práticas urbanísticas e princípios sustentáveis, tem sido a legitimação da estratégia econômica tradicional na região e o apoio técnico à viabilidade de projetos e interlocução política. O discurso do novo urbanismo selecionado é usado como legitimação cultural dentro do campo da teoria urbana e provavelmente resultará em intervenções formais pontuais e capacitação de agentes dominantes dentro do campo. Aprofundando a crítica, o campo de poder responsável pela consolidação dos conceitos do novo urbanismo, majoritariamente formado por agentes dominantes do planejamento, direta ou indiretamente envolvidos na produção dos GPU, tem sua hierarquia e, portanto, sua produção, definida a partir de determinações externas dos campos da economia e política mais próximos à produção dos GPU. Essa permeabilidade, ou condição de “ciência escrava” é, no entanto, protegida pelo elevado capital cultural institucional, corporificado ou social dos agentes do campo.

2.3. Esvaziamento da política urbana e da blindagem contra críticas e resistências

O aparato técnico, conforme apontado anteriormente, cria uma camada adicional de impermeabilidade do GPU em relação às resistências que, no entanto, conforme algumas evidências apontaram até aqui, não o protege de alterações motivadas por interesses de agentes dominantes do seu campo de produção. Essa permeabilidade faz com que a logotécnica do planejamento urbano seja, em diversos momentos, utilizado para distorcer os instrumentos de política urbana e desarticular resistências. No primeiro caso, o encaminhamento dado às operações urbanas viabiliza a entrada de capitais especulativos e poder decisório privado de modo mais eficaz do que promove a recuperação de mais valias

fundiárias e moradia social, por exemplo. A própria política habitacional é muitas vezes criticadas por atuar mais na recuperação do mercado imobiliário e de construção civil do que prover moradia às faixas prioritárias.

No caso da desarticulação das resistências, os estudos de impacto ambiental dos GPU, por exemplo, trazem a tendência de identificar os impactos negativos de modo pontual e os benefícios da intervenção de modo abrangente. No caso da Linha Verde, o impacto de obras viárias possui sempre peso de impacto local, em escala pouco superior a 500 metros da intervenção, sendo geralmente confrontado com os benefícios de todo o corredor, ou ainda toda a centralidade proposta no Vetor Norte. De modo semelhante, a remoção das vilas para implantação da Linha Verde é analisada de forma desarticulada das demais remoções ao longo do eixo, apesar de ser justificativa pelo potencial de beneficiamento de milhares de pessoas, número arbitrado que inclui toda a população dos bairros tangenciados pelo corredor viário. Essas resistências foram registradas por Pereira e Campos (2009), e estão relacionadas à oposição, durante a fase final de projeto e início da execução da obra, do Instituto dos Arquitetos do Brasil de Minas Gerais (IAB-MG) ao papel do projeto no agravamento do sistema viário radial de Belo Horizonte, e da entidade civil Associação Linha Verde Humana, no que diz respeito à falta de articulação entre o projeto e os bairros do entorno. As autoras destacam dois aspectos: (a) a pouca repercussão que tiveram sobre a solução adotada; e (b) a falta de menção à questão das desapropriações necessárias ao projeto. Colocado como prioridade política e econômica, mas também amparado por estudos especialistas e projetos complexos, qualquer resistência à concepção original da Linha Verde foi anulada pela força de seus agentes dominantes, incluindo aqueles pertencentes ao campo do planejamento urbano, com destaque para as instituições públicas envolvidas, seja do campo da engenharia viária, das remoções ou planejamento urbano.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo sintetiza resultados de uma pesquisa mais ampla sobre os GPU, enfatizando o papel dos agentes do campo do planejamento urbano na sua legitimação, blindagem e viabilização. A legitimação ocorre por meio normativo, onde o aparato técnico-burocrático articula interesses privados com a agenda pública; e por meio de transferência de capital cultural via consultorias e construções de imagens que disputam, de modo desigual, as representações da realidade que orientam o planejamento e produção do espaço urbano. Além da legitimação, existe uma estratégia de blindagem dos grandes projetos, ora por meio do elevado poder de decisão dos agentes econômicos e políticos; ora por meio do campo do planejamento, onde a logotécnica dificulta o acesso de outros agentes à produção do espaço urbano. Por fim, a viabilização dos GPU é garantida por meio de ganhos territoriais (campo onde o planejamento urbano possui várias frentes de ação) e por meio da criação de instrumentos que facilitam a ação dos agentes econômicos sobre a produção do espaço (operações urbanas e PPP, por exemplo).

Neste contexto, observamos que as permanências e desestabilizações na tradição tecnocrática visam a re-regulação para liberar restrições à ação de novas coalisões de poder e capitais investidores. Neste sentido, observa-se uma série de retrocessos da agenda urbana, diretamente relacionada à passagem de uma política social para uma política econômica

centrada no Estado empreendedor, na qual os GPU exercem papel central. No campo do planejamento, além da maior permeabilidade a interesses privados e re-regulação seletiva, observa-se a incorporação de novos paradigmas de desenho e gestão urbanos, processo liderado por consultorias e agentes dominantes e fundamentado em manuais, cartilhas e boas práticas desconectadas de agendas locais, impermeáveis à participação e, quase sempre, implementadas de modo incompleto ou incipiente.

REFERÊNCIAS

AUTOR – Referência omitida.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP. Papiros, 1996.

CH2M HILL. Fase 1 e 2. Análise de Mercado e Condições existentes do local/transporte e alternativas prévias dos planos rodoviários. CH2M HILL/SEDE, 2012.

CORREA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 2004.

CUENYA, B.; NOVAIS, P.; VAINER, C. Grandes Projetos Urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira. Porto Alegre: Masquatro Editora /Buenos Aires: Editorial Café de las Ciudades, 2013.

FLYVBERG, B. What you should know about megaprojects and why: an overview. Oxford: University of Oxford, 2014.

NOVAIS, P.; OLIVEIRA, F.; BIENENSTEIN, G.; SANCHEZ, F. 2007. Grandes Projetos Urbanos: Panorama da experiência brasileira. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 21 a 25 maio. Belém-Pará-Brasil.

OLIVEIRA, F.; CARDOSO, A.; COSTA, H.; VAINER, C. 2012. Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital

PEREIRA, Doralice Barros; CAMPOS, Laura Arantes. A Linha verde na Região Metropolitana de Belo Horizonte: projeto de modernidade e empreendimentos. Revista Geografias, Belo Horizonte, nº. 5. p. 50-64, jul./dez. 2009.

ROLNIK, R. 2015 Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo

SOMEKH, N.; GASPAR, R. C. Capital Excedente e Urbanização. O Papel dos Grandes Projetos Urbanos. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2012. v.14, n.2.

SOUKI, Léa Guimarães; FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Atores e arenas decisórias em grandes projetos de infraestrutura urbana no Brasil: o caso da Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves. VI Congresso Latinoamericano de Ciência Política. Quito, 12 a 14 de junho de 2012.

VAINER, Carlos. Grandes projetos urbanos. O que se pode aprender com a experiência brasileira. In. CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro; VAINER, Carlos. Grandes Projetos Urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira. Porto Alegre, Masquatro Editora / Buenos Aires: Editorial Café de las Ciudades, 2013. p.135-166.